



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



ATA Nº 22

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

PRESIDÊNCIA: Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro. -----

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Osório Meneses da Silva, Elmano Manuel Vieira Nunes, Maria Judite Gomes Parreira e Paulo Noval Frederico. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Tibério Manuel Faria Dinis. -----

HORA DE ABERTURA: 10H00M -----

----- Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Osório Meneses da Silva, Elmano Manuel Vieira Nunes, Maria Judite Gomes Parreira e Paulo Noval Frederico. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificada a falta de comparência à reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos o senhor Presidente esclareceu que, relativamente à questão colocada na última reunião de Câmara, sobre o estacionamento na Escola Profissional, contatou o Professor Domingos Borges que o informou que existe um regulamento aprovado para o efeito, sendo que essa situação advém, conforme já havia referido, da necessidade de gerar alguma receita. Como só estão libertos quarenta e três lugares para estacionamento, porquanto os restantes espaços estão ocupados com contentores com o material proveniente do desmantelamento que tiveram de fazer das

instalações em Angra do Heroísmo, optaram por cobrar pelo estacionamento. Assim sendo, e para que fosse gratuito o estacionamento teria de haver espaços disponíveis para todos os funcionários, houve necessidade de se criar um regulamento interno que determina a cobrança de um euro, por dia, para o estacionamento. Por outro lado, existe também a questão da necessidade de gerar alguma receita para que não haja necessidade de devolver o IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado – de toda a empreitada, e perante o facto de não haver disponibilidade de espaços para todos os funcionários optaram por essa medida.

----- Seguidamente o senhor Presidente salientou que, à semelhança daquilo que várias vezes se falou, foi publicado pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais – esta semana, que o prazo médio de pagamentos desta Câmara, à data de junho de dois mil e dezassete, é de trinta e oito dias, apesar de, acrescentou, as empresas locais receberem claramente em prazos inferiores ao agora publicado.

----- Deu também conhecimento de que ontem foi submetida a última candidatura pendente, ou seja, a referente ao prolongamento da Avenida Marginal ao Porto da Praia.

----- Continuou dizendo que provavelmente durante o mês de outubro serão aprovadas mais duas candidaturas, nomeadamente, a do parque empresarial das Lajes e a da Avenida Marginal. No caso do parque empresarial, o processo era um pouco mais complexo em comparação com as restantes candidaturas, isto porque, no fundo, é um investimento gerador de receita, e quando assim acontece é associado um estudo de viabilidade económica, que não pode dar nem grandes nem pequenos resultados. No caso de apresentar resultados elevados em vez de apoiarem o projeto em oitenta e cinco por cento reduzem o apoio e a parte da Câmara aumenta, mas também no caso de ser inviável não é atribuído qualquer apoio.

----- Informou ainda que não se conseguiu submeter a candidatura da proteção civil, que está praticamente pronta mas, não avançou a fim de se dar prioridade à candidatura da Marginal, tendo em conta que o valor das candidaturas onde se incluía a Marginal é atribuído mediante a ordem da sua aprovação, sob pena de se submeter a candidatura e já não haver dotação. A outra candidatura que também não foi submetida é a da eficiência energética, que é extremamente complexa, e que se encontra suspensa porque percebeu-se que só com o pessoal da Câmara não se conseguia fazer, porquanto tem de ser feito um diagnóstico a cada um dos edifícios e como nem tudo o que se faz nos edifícios é elegível, daquilo que vier a ser elegível é necessário demonstrar tecnicamente ser o melhor, no mínimo, dois índices no âmbito da eficiência energética, sendo que isso tem de ser tudo demonstrado por regras. Desse modo, o projeto foi entregue a uma empresa a fim de fazer o diagnóstico do ponto base, ou seja, dizendo onde é que tem de se chegar e o que é que tem de se investir, exatamente para se poder atingir os dois níveis. Acrescentou que a última informação que obteve da empresa, o trabalho estava pendente de alguns elementos adicionais que a Câmara tinha de fornecer, porém, quando estiver concluído, a candidatura já vem pré-feita.

----- Concluiu realçando que, no seu entender, as duas candidaturas em falta, até ao final do ano, estarão aptas a serem submetidas.

----- O Vereador Paulo Frederico questionou qual o objetivo da candidatura da Proteção Civil, tendo o senhor Presidente respondido que se destina, basicamente, à aquisição de equipamentos, cuja candidatura no global totaliza duzentos e tal mil euros, sendo a parte da Câmara no valor de trinta mil euros de investimento. -----

----- Realçou ainda o senhor Presidente que o valor do investimento total da eficiência energética rondará um milhão de euros. -----

----- O Vereador Paulo Frederico perguntou se a eficiência energética consiste, nomeadamente, na substituição do tipo de iluminação pública, tendo o senhor Presidente respondido afirmativamente e acrescentou que para além disso é necessário atingir aqueles dois indicadores, que são medidos por uma comissão de avaliação, no caso de não se atingir esses índices tem de se devolver o montante recebido. Nesse projeto incluem-se os edifícios das escolas, os campos de futebol, as instalações desportivas, entre outros, e tudo o que ficar incluído vai permitir uma redução de dois terços na fatura da EDA – Eletricidade dos Açores. -----

----- Prosseguiu o senhor Presidente destacando os processos que se encontram pendentes do lançamento dos concursos, nomeadamente: o processo de reabilitação da Muralha, edifício da Praça Francisco Ornelas da Câmara e o edifício dos Paços do Concelho. -----

----- Em suma, referiu que o próximo executivo inicia funções de uma forma muito diferente, ou seja, com projetos de obras prontos para se iniciarem e outros que estão prontos para o lançamento dos concursos públicos, obviamente que tudo isso depende da análise da capacidade de esforço financeiro da Câmara para efeitos dos quinze por cento assumidos pelo Município. No entanto, existe outra vantagem, ou seja, a lei permite, para todas as candidaturas que já estiverem aprovadas, que a Câmara possa contrair um empréstimo cujo seu montante é excecionado à dívida, independentemente de haver ou não capacidade de endividamento para efeitos dos quinze por cento. -----

----- O Vereador Paulo Frederico questionou se a Câmara tem capacidade financeira para todas essas obras, ao que o senhor Presidente respondeu que para tudo o que é cofinanciado é possível contrair um empréstimo excepcional, sendo necessário definir opções para cada ano. -----

----- O Vereador Paulo Frederico salientou que o próprio espírito privado empresarial está muito diferente de há quatro anos atrás, estando em curso alguns investimentos no Concelho. -----

----- Sobre essa situação o senhor Presidente deu conhecimento de alguns investimentos privados em curso, nomeadamente: a obra do Supermercado Guarita, os painéis solares para energia fotovoltaica e a construção de um hostel. -----

----- O Vereador Osório Silva destacou outro fenómeno que provocou alterações, ou seja, a questão do alojamento e arrendamento local. -----

----- No que se refere a esta temática o senhor Presidente referiu que há dois anos atrás um dos sérios problemas tinha a ver com o facto de se ter ficado com cerca de quatrocentas casas no mercado, porém, neste momento a procura é maior que a oferta. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira sugeriu que, essas casas que servem de alojamento local, muitas delas ainda ilegais, se diligencie para que se legalizem o mais

rapidamente possível, já que é uma concorrência desleal para aqueles que se licenciaram. -----

----- Quanto a esta situação o senhor Presidente esclareceu que as entidades competentes já estão a tratar desses casos. -----

----- Por fim, o senhor Presidente agradeceu em seu nome, assim como em nome dos restantes membros que exerceram funções a tempo inteiro, e aos restantes Vereadores a abertura, solidariedade, compreensão e a sua postura numa perspetiva, perfeitamente construtiva, de em conjunto fazerem o melhor pela sua terra e pela sua gente. Assim sendo, fez votos para que no próximo mandato seja, no mínimo, semelhante a este mandato no que se refere ao trato entre todos. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira agradeceu as palavras do senhor Presidente e referiu que, ao longo destes quatro anos, aproveitaram para apresentarem as suas ideias e propostas, realçando que hoje não seria para esse fim, mas sim para dar nota do sentimento de ambos nesta que é a última reunião deste mandato, pois apesar de não ser uma despedida, é sim, um ponto final num trabalho de quatro anos. Prosseguiu dizendo que há quatro anos os praienses pronunciaram-se muito claramente e deram ao executivo a responsabilidade de gerir os destinos do Concelho e aos Vereadores da oposição a responsabilidade, também ela grande, de ficarem na oposição. Aceitaram essas funções com sentido de democracia e com sentido de responsabilidade, no seu entender, desempenharam as suas funções com empenho e dedicação em prol do Concelho, tentando dar voz a todos os praienses nestas reuniões. -----

----- Salientou, também, que ao longo deste mandato apresentaram algumas propostas, quer formal quer informalmente, e agradeceu a forma como acolheram as mesmas, nem sempre as levaram a cabo, mas isso é mesmo assim, nem tudo pode ser aceite, mas ouviram com atenção, bem como tiveram em atenção aquilo que diziam. -----

----- Referiu ainda que estiveram muitas vezes do lado do Executivo, pois entendem que ser da oposição não é sinónimo de ser do contra, portanto, sempre que entenderam que aquilo que a Câmara apresentava era para bem do Concelho estiveram do lado do Executivo, por vezes também estiveram contra, mas fizeram-no com respeito, e é isso que leva daqui também, isto é, o respeito mútuo que se verificou. Assim sendo, hoje podem despedir-se com amizade, não levando ressentimentos, nem vergonha de alguma coisa que possa ter dito, pois tudo o que aqui foi dito foi com respeito e em prol dos interesses do Concelho. -----

----- Terminou desejando a todos os que vão continuar nestas funções muito sucesso e mais trabalho em prol do Concelho, para os que vão terminar as suas funções também deseja muito sucesso, pessoal e profissional, onde quer que estejam. -----

----- O senhor Presidente e o Vereador Osório Silva agradeceram as palavras da Vereadora Maria Judite Parreira. -----

----- O Vereador Elmano Nunes manifestou que, sendo esta a última reunião deste mandato da Câmara Municipal, de que fez parte durante quatro anos como eleito, foi um prazer trabalhar com toda esta equipa. -----

----- Relativamente aos senhores Vereadores da oposição nomeadamente a Vereadora e Professora Maria Judite Parreira, pessoa com quem já trabalhou há alguns anos, como

Presidente de Junta de Freguesia da Vila das Lajes e a senhora Vereadora como Professora da Escola da Base Aérea N.º 4, sempre tiveram boas relações e aprofundaram essas relações ao longo destes quatro anos. -----

----- Sobre o Vereador Paulo Frederico disse que anteriormente não o conhecia, mas foi um prazer trabalhar com ele, designadamente pela sua esmerada educação e pela forma como abordava os temas, congratulando-se com tudo isso. -----

----- Em referência, ao senhor Presidente e à senhora Vice-Presidente também se congratulou pelo trabalho que tiveram em prol do Concelho, que já vem dos mandatos anteriores, trabalho esse que é realçado em todas as freguesias por onde passa, apesar de nunca ter tido funções diretamente ligadas aos mesmos, mas reconhece a forma como desempenharam as suas funções. -----

----- No que concerne ao Vereador Tibério Dinis louvou todo o seu trabalho, especialmente na área da cultura. -----

----- Referindo-se ao Vereador Osório Silva sublinhou o seu belíssimo trabalho, que é reconhecido em todo o Concelho, designadamente na área da proteção civil. -----

----- Por fim e quanto à sua pessoa disse que foi eleito mas não lhe foram atribuídas nenhuma função, por não ser possível, mas reconheceu que poderia ter dado mais ao seu Concelho e à sua Câmara Municipal, caso tivesse sido chamado para outras funções pois tem experiência nestas funções há já alguns anos. Entretanto, foi eleito para o próximo mandato, como deputado municipal onde pretende desempenhar tais funções da melhor forma possível, em prol de todo o Concelho. -----

----- Terminou referindo-se à senhora Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Dr.^a Conceição Lima, enaltecendo a forma como exerceu as suas funções de secretariado das reuniões de Câmara. -----

----- Concluiu desejando prosperidades, nas suas vidas profissionais, para os membros deste órgão que terminam funções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

----- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata. -----

(01/22) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA DO VEREADOR TIBÉRIO MANUEL FARIA DINIS: -----

----- Requerimento datado de 10 de outubro em curso, de Tibério Manuel Faria Dinis, comunicando, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, alterada e republicada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, que não pode estar presente na reunião camarária de 10 de outubro, em virtude de se encontrar de férias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

(02/22) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - VOTO DE CONGRATULAÇÃO - QUINTO CENTENÁRIO DA IGREJA MATRIZ DA PRAIA DA VITÓRIA:

----- Presente, para efeitos de conhecimento em reunião camarária, o ofício n.º 3278, datado de 17 de setembro findo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo a este Município um Voto de Congratulação, aprovado por unanimidade, sobre proposta do Partido Socialista, em sessão da ALRAA, realizada na Horta, em 7 de setembro de 2017, relativamente ao Quinto Centenário da Igreja Matriz da Praia da Vitória. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

(03/22) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - VOTO DE CONGRATULAÇÃO - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA PRAIA DA VITÓRIA - CONQUISTA DO 1º LUGAR NO CAMPEONATO DO MUNDO DE TRAUMA:

----- Presente, para efeitos de conhecimento em reunião camarária, o ofício n.º 3225, datado de 19 de setembro findo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo a este Município um Voto de Congratulação, aprovado por unanimidade, sobre proposta do Partido Social Democrata, em sessão da ALRAA, realizada na Horta, em 7 de setembro de 2017, aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória pela Conquista do 1º lugar no Campeonato do Mundo de Trauma. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

(04/22) OFERTA DE DUARTE NUNO GONÇALVES PIMENTEL - TRABALHO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DA TESE DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS:

----- Presente, para efeitos de conhecimento, a oferta de Duarte Nuno Gonçalves Pimentel elaborada no âmbito da Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, intitulada “A Family Matter? Perfil do Negócio, Decisão e Empreendedorismo em Empresas Familiares: O Caso dos Açores”. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

(05/22) PRAIA AMBIENTE, E.M. - RELATÓRIO DE CONTAS REFERENTE AO 1.º SEMESTRE 2017:

----- Presente, para conhecimento, em reunião camarária e sessão da Assembleia Municipal, o ofício n.º SA/614/2017, datado de 25 de setembro findo, da Praia Ambiente, E.M., enviando a este Município, ao abrigo do n.º 1, do artigo 42.º, da Lei n.º

50/2012, de 31 de agosto, o Relatório de Contas relativo ao 1º semestre de 2017 da atividade da empresa.-----

----- Informação datada de 27 de setembro findo, do Técnico Superior afeto ao Sector de Gestão Orçamental e Patrimonial, Dr. Ricardo Toste, do seguinte teor: -----

----- “Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, os relatórios trimestrais de execução orçamental das empresas locais devem ser presentes aos órgãos executivo e deliberativo.” -----

----- Relativamente a este ponto o senhor Presidente destacou que o essencial das Contas da Praia Ambiente é ter um resultado positivo, pelas razões apontadas ao longo dos tempos, apesar de o relatório chegar a outros níveis. No entanto, na sua opinião, a gestão vai neste sentido, sendo que a situação está muito equivalente à do ano transato. Este ano apresenta um resultado, antes de impostos, de sessenta e um mil euros e no anterior apresentava oitenta e quatro mil euros. A diferença do valor de um ano para o outro tem a ver com o peso de amortizações referente a investimentos concluídos, porquanto a atividade de funcionamento em si está correta. Assim sendo, a sua intenção, para o futuro, é que continue neste caminho de estabilidade permanente. Para efeitos da Câmara Municipal é necessário, fundamentalmente, um rigor na gestão de modo a que não derrapse, caso isso aconteça a mesma é responsável pelo endividamento. Outra questão, é o facto do tarifário não ter grandes necessidades de ajustamentos, tendo em conta esta realidade, porém, numa performance que prejudique a atividade de gestão desta Empresa Municipal, existem sempre dois efeitos: a necessidade de se aumentar os preços cobrados às pessoas por erros de gestão, que felizmente não está a acontecer, e caso não se faça isso a Empresa apresentará resultados negativos com reflexos nas contas da Câmara.-----

----- Concluiu salientando que quem vier, no futuro, o que tem de fazer é seguir o mesmo caminho, porque os tempos mais difíceis estão ultrapassados. -----

----- A Vereadora Maria Judite Parreira referiu que os Vereadores do Partido Social Democrata também se congratulam com a situação da Empresa, desejando que esse seja o caminho de futuro para que, quer ao nível das águas, quer ao nível da gestão de resíduos, não venha a refletir-se de forma negativa para os consumidores e que o trabalho seja sempre, para além da estabilidade das contas, também na melhoria do abastecimento de água e na gestão dos resíduos aos utentes.-----

----- O senhor Presidente acrescentou que a Empresa vai ter um desafio muito grande com a execução de investimentos avultados, sendo que no final deste mandato a candidatura desse projeto já se encontra aprovada, tendo-se optado por elaborar um projeto, o qual serviu de base à candidatura que foi aprovada, de um investimento de dois milhões de euros, que vai resolver o eterno problema do Bairro Americano de Santa Rita, e não só. No âmbito dos procedimentos concursais e antes de se lançar o projeto a concurso público, optou-se por adjudicar a outra empresa uma revisão ao projeto, tendo-se verificado, no âmbito desta revisão, que ia ser lançado com várias situações anómalias que poderiam posteriormente conduzir a trabalhos a mais. Com base naquilo que se detetou, de anomalias no projeto base, está a ser feita a correção ao caderno de encargos e ao programa de concurso, para que o concurso seja lançado

corretamente. Por esta razão é que não foi ainda lançado o concurso público para aquele projeto.

----- Salientou ainda que certamente outros desafios se irão colocar, que podem acontecer no próximo mandato ou nos mandatos seguintes, designadamente pelo facto dos americanos pretenderem passar a ser abastecidos pelo exterior, o que vai originar um processo de, no mínimo, mais três milhões de euros. No entanto, se este processo for bem gerido, recorrendo a fundos comunitários e até com algum apoio público, que é mais do que obrigatório numa situação destas, a Praia Ambiente pode prosperar, sendo que dentro de quatro, cinco ou seis anos a própria Empresa poderá servir de alavanca de fundos para investimentos da Câmara, caso isso aconteça, poderá aumentar o volume de negócios entre trinta e cinco a quarenta por cento, o que permitirá ter uma empresa altamente rentável.

----- A Câmara tomou conhecimento do Relatório de Contas referente ao 1.º semestre de 2017, da Praia Ambiente, E.M., e submeteu à Assembleia Municipal, para o mesmo efeito, de acordo com alínea e) do nº1 do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho.

----- (06/22) PARECER DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ - PROPOSTA DE ESTACIONAMENTO RESERVADO A RESIDENTES NA RUA COMENDADOR JOSÉ CARVALHO, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA:

----- Ofício n.º 41/2017, datado de 4 de outubro em curso, da Junta de Freguesia de Santa Cruz remetendo parecer favorável relativo à proposta de estacionamento reservado a residentes na Rua Comendador José Carvalho, freguesia de Santa Cruz, concelho da Praia da Vitória.

----- Quanto a este ponto o senhor Presidente esclareceu que o parecer da Junta de Freguesia de Santa Cruz foi emitido favoravelmente ao proposto, pelo que com base no mesmo propõe-se que o estacionamento seja reservado a residentes na Rua Comendador José Carvalho, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho.

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de estacionamento reservado a residentes na Rua Comendador José Carvalho, freguesia de Santa Cruz, concelho da Praia da Vitória.

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes.

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal



----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, o Exmo. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram onze horas e dez minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Exm.^º Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: _____

Ass: _____